

#### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 021/2025

SÚMULA: "Altera o Projeto de Lei nº 021/2025."

Os membros da Comissão de de Legislação, Justiça e Redação, propõem a presente EMENDA ao Projeto de Lei nº 021/2025.

- **Art. 1º** Altera o paragráfo §2º, o inciso I e acrescenta o inciso II no artigo 1ºdo Projeto de Lei nº 021/2025, com a seguinte redação:
  - § 2º O Município deverá destinar espaços para a exploração de publicidade comercial, institucional ou de informações aos usuários nos pontos de ônibus, nos ônibus e outros veículos que integrem ou venham a integrar a frota do Sistema Exclusivo de Circulação ou base de saída do Município de Campo Magro.
  - I Serão utilizadas a parte traseira e painéis internos em vidro ou digitais que sejam adequados nos veículos, exceto em lataria, janelas e vidros laterais:
  - II Nos pontos de onibus serão utilizados painéis laterais ou internos, desde que não venham a comprometer a visibilidade do passageiro ou do motorista.
- **Art. 2º** Altera o cáput do artigo 2º e os incisos II, III e IV do Projeto de Lei nº 021/2025, passando a constar a seguinte redação:
  - **Art. 2º** Se insere o Art 48 A passando a Constar a seguinte redação:
  - **Art 48-A** Caberá ao Conselho Municipal de Transporte e a Secretaria Municipal de Segurança Pública, Patrimonial e Trânsito (SESEP):
  - I Fiscalizar e acompanhar o processo licitatório das empresas responsáveis pela exploração publicitária.
  - II Fiscalizar, aprovar e autorizar previamente o conteúdo publicitário, o tempo de circulação, os pontos de publicidade





#### **JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei tem como objetivo a regulamentação da exploração de publicidade nos veículos do Sistema de Transporte Coletivo do Município de Campo Magro, alinhando-se às diretrizes estabelecidas pela Lei Estadual nº 21.153/2022, do Estado do Paraná. Essa legislação autoriza a veiculação de publicidade nos ônibus que operam na Região Metropolitana de Curitiba, determinando que a receita obtida com essa atividade seja revertida para a redução dos custos do transporte público.

Com base nesse entendimento, a proposta aqui apresentada prevê a destinação de espaços específicos nos veículos do transporte público municipal para a exibição de publicidade comercial, institucional ou informativa. A exploração dessas áreas será realizada por meio de procedimento licitatório, garantindo a transparência na seleção das empresas responsáveis e assegurando que os valores arrecadados sejam integralmente aplicados em benefício do serviço de transporte público.

Os recursos oriundos dessa medida serão utilizados como receita operacional não fixa, permitindo a redução do custo operacional do sistema e, consequentemente, a moderação dos reajustes tarifários, beneficiando diretamente os usuários do transporte coletivo. Além disso, a iniciativa possibilitará melhorias na infraestrutura do sistema, como a modernização da frota, a manutenção dos veículos e a qualificação do serviço prestado à população.

A fiscalização da aplicação dos recursos será de responsabilidade do Conselho Municipal de Transporte, garantindo que os valores arrecadados sejam devidamente revertidos para o aprimoramento do serviço e que a publicidade veiculada esteja em conformidade com as normas estabelecidas. Dessa forma, este Projeto de Lei visa não apenas alinhar o município às diretrizes estaduais, mas também proporcionar um benefício concreto aos usuários do transporte público, tornando-o mais acessível e eficiente. A proposta representa um avanço na busca por alternativas sustentáveis de financiamento do transporte coletivo, sem onerar diretamente os cidadãos, promovendo um serviço de melhor qualidade e com tarifas mais justas.

P/

A presente proposta visa também



regulamentar o transporte de animais de pequeno porte no transporte público municipal, atendendo à crescente demanda dos tutores e assegurando que essa prática ocorra de forma segura, higiênica e responsável. Com regras claras — como o uso de caixas apropriadas e a preferência por horários de menor movimento —, a medida garante o bem-estar dos animais, o conforto dos demais passageiros e a preservação da saúde pública. Além disso, promove a acessibilidade dos tutores a serviços de saúde veterinária, especialmente em localidades onde o transporte público é o único meio de locomoção, assegurando que cuidados essenciais aos pets não sejam comprometidos por limitações de deslocamento.

Câmara Municipal de Campo Magro, 21 de maio de 2025.

MARCELO MAYER

**PRESIDENTE** 

ROBERTO LEAL

RELATOR

JOSELAINE MENEGUSSO

**MEMBRO** 





Transporte Coletivo do Município de Campo Magro.

§5º Caso o descumprimento ocorra durante o trajeto, será exigido o desembarque do tutor e do animal na próxima parada.

Art. 5° As demais disposições permanecem inalteradas.

Câmara Municipal de Campo Magro, 21 de maio de 2025.

MARCELO MAYER

PRESIDENTE

ROBERTO LEAL

**RELATOR** 

JOSELAINE MENEGUSSO

**MEMBRO** 



instalados e o valor do contrato.

- III Fiscalizar a destinação do valor arrecadado, garantindo que seja revertido em prol do serviço de transporte coletivo de Campo Magro e que resulte em melhorias para os usuários.
- IV Apresentar e deliberar sobre projetos próprios ou da pasta responsável, por meio de votação, conforme regimento próprio, para a aplicação dos recursos provenientes da arrecadação publicitária.
- **Art. 3º** Altera o cáput do artigo 4ºdo Projeto de Lei nº 021/2025 passando a constar as seguinte redação:
  - **Art. 4º** A Lei nº 891/2015, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:
  - **Art. 44-A** Entrar e permanecer no transporte coletivo com cão-guia, no caso de passageiro com baixa visão, deficiência visual ou cego, nos termos da legislação federal aplicável.
  - **Art. 44-B** A entrar e permanecer no transporte coletivo cão de assistência, no caso de passageiros com deficiência, ou transtornos neurodivergentes conforme legislação em vigor.
  - Art. 44-C A entrar e permanecer no transporte coletivo com cão ou gato de pequeno porte, do qual seja tutor.
  - **Art. 44-D** A Consideram-se cães e gatos de pequeno porte, aqueles com peso corporal de até doze quilos, em consonância com a lei estadual em vigor.
  - §1º É vedado o transporte de qualquer outro tipo de animal, domesticado ou não, que não os contemplados nesta lei.
  - §2º É igualmente vedado o transporte de animal que, por sua ferocidade ou condição de saúde, provoque desconforto ou comprometa a segurança dos usuários do transporte coletivo ou de terceiros.
  - §3º Na vedação do parágrafo anterior também estão incluídos os cães considerados violentos, conforme tipifica a lei municipal em vigor e sua respectiva regulamentação.
  - Art. 44-E Para o transporte de cães e gatos de pequeno porte, o animal deve estar acondicionado em caixa de transporte apropriada,



resistente e adequada ao seu porte, a qual garanta a segurança, a higiene e o conforto do animal e dos passageiros e esteja forrada com material absorvente, para evitar por completo o vazamento de dejetos.

- §1º A caixa de transporte deverá ter no máximo as seguintes medidas: 60 centímetros de comprimento, 40 centímetros de largura e 36,5 centímetros de altura.
- §2º A caixa de transporte deverá conter, obrigatoriamente, as descrições das suas dimensões em local de fácil visualização.
- §3º No caso de animais de micro porte, com até cinco quilos, fica permitido o transporte em bolsas, sacolas ou mochilas, desde que apropriadas para o transporte, adequadas ao porte do animal, que garantam a segurança, a higiene e o conforto do animal e dos passageiros e esteja forrada com material absorvente, para evitar por completo o vazamento de dejetos.
- §4º A caixa de transporte, bolsa ou mochila não poderá ocupar assento, exceto aquele ocupado pelo tutor, e não poderá atrapalhar a circulação dos demais passageiros no interior do veículo.
- §5°. Cada tutor poderá transportar apenas 1 (um) animal de cada vez.
- **Art. 44-F** É vedado, nos dias úteis, o transporte de cães e gatos de pequeno porte nos seguintes horários:
  - I das 05h às 09h;
  - II das 16h às 20h.
- §1º O carregamento e o descarregamento do animal devem ser realizados sem comprometer a segurança e o conforto dos passageiros, cumprindo o itinerário e o horário da linha.
- §2º A responsabilidade pela integridade física do animal, dos demais passageiros, de terceiros e da higiene do ambiente é do tutor que o conduz.
- §3º O animal e seu responsável deverão desembarcar no ponto de parada mais próximo, em caso de, durante o trajeto, haver a necessidade de higienização da caixa de transporte.
- §4º Em caso de descumprimento das disposições previstas nos artigos 44-D, 44-E e 44-F, fica impedido o embarque do animal no

